



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA
FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SOROCABA— Nº 07/2022, DE 20/04/2022 — PREVIDÊNCIA —**

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, na sala de reuniões do prédio da FUNSERV, sito à Rua Major João Lício, 265 – Centro – Sorocaba/SP. SEÇÃO – I – FASE DE EXPEDIENTE (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020): A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinellatto, José Antonio de Oliveira Júnior, Gêmina Maria Pires, Cilsa Regina Guedes Silva e Ronaldo Camilo Rosa Fontes. A Sra. Maria do Socorro Souza Lima justificou, previamente, a ausência nesta reunião. Participou como convidada, a Sra. Marise de Souza Simão, que exerce a função de controle interno da FUNSERV. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos. SEÇÃO – II: APRECIACÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020). ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE MARÇO/2022: Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Março/2022. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.074.050.103,99 e que houve retorno de R\$48.335.799,60 correspondente a 2,39% e, dessa forma, acima da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 2,05%. O retorno percentual acumulado do ano é de 1,70% contra uma meta acumulada de 4,43%, uma distância de 2,73% da meta. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos alocados em renda fixa era de R\$1.268.172.321,76 e, neste segmento, houve retorno de R\$22.236.685,18, o que representou retorno de 1,78%. Em seguida, apresentou um detalhamento da rentabilidade dos Títulos Públicos, cuja média de rentabilidade foi de 1,64% no mês. Após, apresentou os dados do segmento de renda variável. O total de recursos alocados neste segmento era de R\$666.034.928,80, com retorno de R\$33.868.063,63, o que representou aumento de 5,36%. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$139.842.853,43, com retorno negativo de -R\$7.768.949,21, o que corresponde a -5,26%. ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO: Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. Preliminarmente esclareceu que, no parecer, constam, na íntegra, os principais materiais consultados e que subsidiam a análise do cenário econômico deste Comitê, do qual apresentou um breve resumo. A respeito da política monetária, o COPOM elevou a SELIC em 11,75 % a.a., em sua última reunião, realizada em 15 e 16 de março/2022. Em sua ata, antecipou a previsão de um ajuste na mesma magnitude para a próxima reunião. Segundo o último Boletim FOCUS disponível, a expectativa de SELIC para final de 2022 é de 13,00% e, final de 2023, em 9,00%. No mercado norte americano, o FOMC aumentou a taxa de juros em 0,25%, passando de uma banda de 0,00-0,25% para 0,25%-0,50%. O mercado de juros tem de ser acompanhado de perto. Entre as reuniões, o mercado tem acompanhado as falas dos membros que integram os grupos, especialmente, o Comitê norte-americano. Tais falas, muitas vezes, indicam ao mercado as próximas movimentações, alterando a precificação dos juros futuros. Neste sentido, pertinente acompanhar a evolução, com as reuniões e as respectivas atas. A respeito da inflação, que tem sido uma realidade global, o IPCA de Março/2022 foi de 1,62%, acima das



expectativas de mercado. O acumulado dos últimos 12 meses é de 11,30%. De acordo com o Boletim FOCUS a expectativa de inflação para 2022 passou a 6,86%, com tendência de aumento. Neste cenário, com SELIC acima de dois dígitos e, considerando a meta atuarial para 2022 (IPCA + 4,95% a.a.), fundos referenciados DI passam a ser oportunidades de alocação interessantes, dado sua relação risco/retorno, especialmente, frente ao cenário volátil que se apresentava para 2022, em função das eleições que se aproximam. A questão cambial segue sendo monitorada, especialmente, pelo impacto na carteira de investimentos no exterior, visto que possuem exposição à variação cambial. O dólar encerrou 2021 cotado a R\$5,57 e, no dia 19/04/2022 foi cotado a R\$4,67, queda de -16,16%. Dado este movimento, importante analisar a expectativa do mercado que, de acordo com o Boletim FOCUS, ao final de 2022, o dólar esteja cotado a R\$5,25. O que se observou no primeiro trimestre de 2022 foi um movimento global de rotação dos investimentos, especialmente, do investidor estrangeiro. O Brasil continuou recebendo investimento estrangeiro, este investimento foi direcionado, especialmente, às empresas consolidadas (blue chips), principalmente do ramo de *commodities* e segmento financeiro. Esta entrada de dólar favoreceu a relação com o real, que se valorizou. Este cenário foi positivo para fundos de renda variável atrelado ao mercado brasileiro e indexados ao Ibovespa. Contudo, dado o cenário de volatilidade, será possível observar correções por movimento vendedor, como já em ocorrido no mês de abril. Por fim, observamos a proximidade do fim do ciclo de alta na taxa de juros no Brasil, mas já com o início da alta norte-americana e também movimentos similares no mercado global. Desta forma, podem ocorrer ainda oportunidades de aquisições de títulos públicos federais, com taxas em linha com a posição da carteira, por outro lado, apresenta-se bastante provável o cenário de fechamento da curva e oportunidade de ganhos em fundos atrelados aos títulos públicos, mas com a marcação a mercado. Na renda variável, dada a volatilidade, eventual migração e aportes devem ser analisados com cautela.

ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: o Sr. Edgar destacou pontos importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou a rentabilidade da carteira em Março/2022, conforme já citado. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 17/02/2022, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 24/02/2022 e, também, as operações para o decorrer de 2022 (fluxo de caixa), definidas nas reuniões de 20/01 e 27/01/2022, respectivamente. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos, aprovada para 2022.

ITEM 4 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS E MIGRAÇÕES: Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as propostas da aplicação e migração de recursos para o mês de maio/2022: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Maio/2022, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais), propõe-se aplicação no fundo Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI - Fundo de Investimento – CNPJ: 00.832.435/0001-00; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), propõe-se que sejam aplicados no fundo Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI - Fundo de Investimento – CNPJ: 00.832.435/0001-00, e; 3) Quanto ao pagamento dos Cupons Semestrais dos títulos públicos (NTN-B) de vencimento para 15/05/2023, 15/05/2035 e 15/05/2045, com valor



estimado em R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), propõe-se que sejam aplicados nos títulos de mesmo vencimento. Enquanto não concluída a aquisição dos Títulos Públicos, os recursos poderão ser mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49. Na aplicação de títulos públicos, somente poderão ser adquiridos títulos com taxa de juros superiores a meta de rentabilidade (meta atuarial) de 4,95%, estabelecida para 2022 e, além disto, observar oportunidades de alocação compatíveis com aquelas indicadas no Estudo de ALM e os títulos que já integram a carteira, ou seja, com taxa de juros, ao menos, próximas daquelas que já foram adquiridas, até o momento. Consoante às propostas de alocação, propõe também o credenciamento do fundo Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI - Fundo de Investimento – CNPJ: 00.832.435/0001-00. A análise deste fundo consta no Termo de Análise de Fundos de Investimento e respectivos documentos analisados, conforme modelo definido pela Secretaria de Previdência, disponibilizados a todos os membros deste Comitê via *googledrive* e, sua pertinência ao presente momento econômico, consta de forma detalhada no parecer deste Comitê de Investimentos. Em breve síntese, dada a alta da SELIC e perspectiva de aumento de mais 1% a.a. na próxima reunião do COPOM, pertinente aplicações em fundos referenciados DI, os quais acompanham este movimento de aumento de juros. Dentre os oito fundos analisados, o fundo indicado é o que possui melhores indicadores gerais. O Sr. José Antonio indagou o motivo pelo qual este recurso não segue sendo direcionado para aquisição de títulos públicos, como nas últimas reuniões. O Sr. Edgar esclareceu que os recursos direcionados para aplicação em títulos públicos, disponíveis em fundo de fluxo de caixa, somam mais de R\$225 milhões no momento e, embora tenha se observado abertura na curva de juros e a possibilidade de aplicações em títulos, nos próximos dias, entende pertinente o credenciamento e direcionamento dos novos recursos em fundo referenciado DI. Ademais, dada à alta dos fundos de renda variável, entende possível que, em breve, devam ser realizados resgates, realizando lucros e migração destes recursos para fundo referenciado DI. Destaca que, em função da proximidade do período eleitoral e a tendência de maior volatilidade dos fundos de renda variável, é possível que se busque a redução da volatilidade da carteira com tal migração, em função do nível que alcançou a taxa básica de juros, SELIC e a possibilidade de melhor relação risco x retorno nos próximos meses. Em seguida, o Sr. Edgar passou a palavra aos demais membros, não havendo manifestação. Após, o Sr. Edgar submeteu as propostas de alocação, bem como a proposta de credenciamento do fundo Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI - Fundo de Investimento – CNPJ: 00.832.435/0001-00, sendo aprovadas por unanimidade. **ITEM 5 – ATUALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:** Em seguida, informou que atendendo aos ditames da Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, §3º, a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento, de gestores e administradores de fundos de investimento, deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses. Informou que do gestor de fundos de investimento Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda – CNPJ: 10.231.177/0001-52, a análise ainda não foi concluída, pois faltam dados a serem encaminhados pela instituição. A respeito das instituições BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM – CNPJ: 62.375.134/0001-44, BEM DTVM LTDA – CNPJ: 00.066.670/0001-00 e Banco Bradesco S.A. – CNPJ: 60.746.948/0001-12, restam ainda documentos a serem encaminhados pelas instituições e, assim que concluído, os processos serão disponibilizados a todos os membros deste Comitê. **ITEM 6 – ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DOS MEMBROS DO COMITÊ DE**



INVESTIMENTOS: O Sr. Edgar destacou que solicitou a todos os membros do Comitê de Investimentos a certidão de distribuição criminal em âmbito federal e estadual, bem como declaração de não incidência em situações de inelegibilidade, conforme determina a Portaria 9907/2020 e Lei 9717/1998. Ressaltou que a comprovação dos requisitos referentes a antecedentes deve ser verificada a cada dois anos. Assim, autuou processo administrativo para arquivo e controle das informações apresentadas e aguardará até a próxima semana o envio dos documentos pelos membros do Comitê. **ITEM 7 - ASSUNTOS GERAIS:** o Sr. Edgar destacou a importância da certificação profissional de todos os membros do Comitê e que, juntamente com a Diretoria Executiva, tem buscado alternativas de cursos preparatórios para todos os membros do Comitê, a fim de que possam se preparar para realizar a prova de certificação. Após verificar que as pautas da reunião foram tratadas pelo Comitê, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às onze horas, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, ficando a próxima reunião ordinária designada para 19/05/2022, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 02, de 20 de janeiro de 2022.-----

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Gestor dos Recursos do RPPS

Presentes na Reunião:

Nome	Função	Assinatura
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular	
Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto	Membro Titular	
José Antonio de Oliveira Júnior	Membro Titular	
Gêmina Maria Pires	Membro Titular	
Cilsa Regina Guedes da Silva	Membro Titular	
Ronaldo Camilo Rosa Fontes	Membro Titular	
Marise de Souza Simão	Controle Interno	